

IDEOLOGIA, ALIENAÇÃO E CONSCIÊNCIA: uma análise conceitual

*Antonia Camila de Oliveira Nascimento*¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo situar as categorias ideologia, alienação e consciência no processo de construção da dominação do capital, mostrando como a ideologia enquanto forma de consciência embebida de alienação oculta a realidade, produzindo relações sociais dominantes, marcada, pelo domínio de uma classe sobre outra. Outrossim, a pesquisa tem caráter bibliográfico, apoiado nas categorias: Ideologia, alienação e consciência. Nesse prisma, compreende-se que a ideologia é uma forma de consciência, ainda que embebida de alienação, sendo esta formada por valores e leis dominantes que deformam a realidade e contribui com a reprodução da dominação.

Palavras-chave: Ideologia; Alienação; Processo de formação de consciência.

IDEOLOGY , ALIENATION AND CONSCIOUSNESS: A CONCEPTUAL ANALYSIS

ABSTRACT: This article aims to situate the ideology categories, alienation and consciousness in the process of capital domination of the building, showing how ideology as a form of consciousness embedded hidden alienation reality, producing dominant social relations, marked by the dominance of one class over another. Furthermore, research has bibliographic supported in the categories: Ideology, alienation and consciousness. In this perspective, it is understood that ideology is a form of consciousness, although steeped in alienation, which is formed by dominant values and laws that distort reality and contributes to the reproduction of domination

Keywords: Ideology; Alienation; Method of forming awareness

¹Assistente social residente no Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Gestão Pública pelo instituto federal de educação ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGSS/UERN). E-mail: camyla.oliveira25@gmail.com

INTRODUÇÃO

O processo que compõe a formação da consciência dos seres humanos, dentro de um sistema antagônico, está profundamente ligado à divisão de classes e à forma particular como a classe dominante difunde suas ideias na direção da manutenção dos seus interesses.

Nessa articulação, os seres humanos são “moldados” para perceberem a realidade como aquilo que usualmente aparece aos olhos, ou seja, apenas na sua aparência fenomênica embebida de alienação e distante da essência e das determinações materiais das relações sociais (CISNE, 2014). Para que isso seja possível é necessário que existam mecanismos de ocultamento dessa realidade.

Nessa perspectiva, os seres humanos são absorvidos por uma ideologia que inverte a realidade. As ideias aparecem aqui como o motor da vida real, como leis naturais e universais, não como resultados de relações materiais permeadas por interesses de classe.

Partindo desse pressuposto, a classe dominante, para manter sua dominação e subordinação, agirá por meio de uma base ideológica que se sustentará na vida de toda a sociedade, fazendo com que os indivíduos incorporem como suas as ideias dominantes.

Para entendermos como se dá a apropriação das relações ideológicas dominantes na sociedade é necessária compreender como as ideias e valores dominantes são construídos e difundidos na sociedade capitalista, a qual se expressa em um conjunto de ideias determinadas pela classe dominante que formam a consciência deformada da realidade, ou melhor, uma ideologia que oculta as relações de dominação e exploração.

A IDEOLOGIA E ALIENAÇÃO: UM PAR CORRELATO

A compreensão em torno do conceito de ideologia não único, ao contrário é considerado polissêmico e enigmático². Desse modo, o termo não possui apenas diferentes significados e concepções, mas também ambiguidades e paradoxos, o que o torna complexo, como nos aponta Löwy (1987) *apud* Konder (2002, p. 9):

² O conceito de ideologia como polissêmico e enigmáticos é feito com referência em Michael Löwy (*apud* Konder, 2002).

Existem poucos conceitos na história da ciência social moderna que sejam tão enigmáticos e polissêmicos como esse de ideologia. Ao longo dos últimos dois séculos ele se tornou objeto de uma acumulação incrível, até mesmo fabulosa, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrasensos e equívocos.

Não pretendemos tratar a polissemia de conceito de ideologia, entretanto, pretendemos elucidar nossa concepção de ideologia e a tradição teórica que ela se afilia. No âmbito da multiplicidade de conceitos que permeiam o termo ideologia, filiamos-nos à concepção de Marx, na qual a ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência que inverte a realidade e as ideias dominantes aparecem como motor da vida real. Trata-se, portanto de ideias da classe dominante que são ideias dominantes na sociedade em cada época.

Marx passou a desenvolver sua reflexão sobre ideologia a partir de um ajuste de contas com Hegel, em virtude do ponto de vista hegeliano em torno da interpretação da relação do Estado com a sociedade civil que aparece na fenomenologia do espírito, ou seja, o Estado pairava acima da sociedade e o movimento dos seres humanos seria determinado pelas ideias. Na cisão com o pensamento de Hegel, ele vai tomar o Estado como construção dos homens, em uma determinada realidade concreta, embora que em processos de alienação. Apreende daí o sentido do movimento dos seres humano. Para Marx, os homens é que criam o Estado, em contraposição ao pensamento hegeliano. Ao passo que para Hegel, o Estado fundava e organiza a sociedade civil. Já Marx, considerava que a existência de um Estado como corpo estranho, o qual submete a sociedade ao seu controle, é sintoma de alienação, estranhamento.

Em Marx, o Estado é construído no interior de uma da sociedade cindida e intrinsecamente comprometido com essa cisão, e, portanto, seu movimento era fundamentalmente influenciado pelas ideias dominantes e ideologicamente representado pelos setores privilegiados da sociedade.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao

mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Neste sentido, Marx compreende a ideologia como uma “distorção no conhecimento” (KONDER, 2002, p. 10), possuindo, portanto, uma base negativa³. Entretanto, para Marx essa distorção:

A idéia de uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora de distorção, é, no pensamento de Marx, desde o primeiro momento da sua articulação original, uma idéia que vincula a ideologia à alienação (ou ao estranhamento, se preferirem).

Nesse sentido, a ideologia é produto das relações sócio-históricas, da luta de classes, das contradições que permeiam a sociedade capitalista, e sob a direção da classe dominante tem como objetivo de escamotear as incongruências, na tentativa de justificar e ocultar os seus conflitos, tomando-as como ordem natural das coisas.

Ideologia é um termo de diferentes significados. Segundo Iasi (2007) teria sido Antonio Destruitt de Tarcy (1801) o criador do termo ‘ideologia’, com o sentido direto de uma ciência das ideias ou teoria geral das ideias. Segundo Meszáros *apud* Feitosa (2011, p 90):

³ A ideologia também foi concebida em uma acepção positiva, inclusive por autores marxistas como Gramsci e Lenin, que defenderam a possibilidade da construção de uma ideologia revolucionária comprometida com os interesses do proletariado e contrária a ideologia burguesa. Essa ideologia Gramsci nomeou de “historicamente orgânica”, contrária as “ideologias arbitrarias” (ideologia negativa que distorce a realidade e contribui para a reprodução da dominação). A ideologia “historicamente orgânica” aponta a necessidade do “historicismo absoluto” não apenas para as idéias e representações, mas para os sistemas filosóficos e teorias científicas, assim, distancia-se da alienação, base do desenvolvimento das ideologias “arbitrarias” (Ver KONDER, 2002). Neste trabalho apenas iremos nos referir à ideologia em sua acepção negativa para que não precisemos qualificar qual tipo de ideologia estamos nos referindo quando fizermos uso dessa terminologia (CISNE, 2013, p. 62).

Tracy tentou articular em seu livro *Éléments d'ideologie* uma teoria das idéias comparável em profundidade e exatidão (afirmava ele), com as ciências naturais, para fundamentar firmemente a educação dos indivíduos destinados a se ajustar sem dificuldades à estrutura social consolidada da ordem burguesa. [...]. A ideologia como tal foi definida como um empreendimento estritamente científico; postulou-se idealisticamente sua capacidade de atingir seu objetivo desejado de uma estabilidade social incontestável, fazendo com que os indivíduos se conformassem aos imperativos estruturais da sociedade pela prática duvidosa de moldagem da mente, baseada em preconceitos ideológicos de cunho caracteristicamente burguês.

De acordo com Mézáros *apud* Feitosa (2011, p 90) “Tracy teceu crítica ao pensamento religioso dominante da época. Ele defendia o conhecimento baseado nos fatos e a experimentação para explicação”.

Segundo Chauí (1988) Tracy pretendia, por meio das ciências morais dotadas de certezas que fossem “capazes de trazer a felicidade coletiva e de acabar com dogmas, desde que a moralidade não seja separada da fisiologia do corpo humano” (p. 23). Dessa forma, Tracy, teceu uma crítica ao pensamento religioso dominante na época e propôs uma nova ciência da moralidade baseada na experimentação e observação dos dados observados.

Segundo Iasi (2007) foi em Marx que o conceito de ideologia ganhou uma nova dimensão associada à luta de classe.

As ideias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (...). As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações dominantes concebidas como ideias; portanto, expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, portanto, as ideias de sua dominação (MARX, 2001, p 72).

Para Marx, a ideologia pressupõe uma relação de dominação, na qual a classe dominante expressa por meio de um conjunto de ideias que são disseminadas na sociedade, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas. Dessa forma, a ideologia para Marx é um instrumento de dominação baseado na alienação da consciência humana, assumindo, portanto, um significado negativo.

De acordo com Iasi (2007, p, 81) “a ideologia é inseparável dos seguintes elementos”:

- Ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideias;
- Ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, daí, sua justificativa;
- Ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais.

A lógica da ideologia é fazer com que os homens creiam que as ideias dominantes disseminadas são verdadeiras e legítimas, e, portanto, representam efetivamente a realidade, entendendo que as ideias são naturais e não o resultado da ação humana, o que justificaria as relações de dominação, naturalização e velamento da realidade.

Nesse sentido, a ideologia pressupõe um conjunto de ideias que indica e prescreve como os indivíduos devem pensar, o que devem valorizar, como devem agir e o que devem fazer, ou seja, a ideologia tem o poder de regular os indivíduos na sociedade dividida em classes, ocultando a realidade social.

Nesse pressuposto, as bases materiais de dominação da sociedade em que vivemos encontra sustentação na ideologia para manutenção dos interesses das classes dominantes. Para tanto, a ideologia precisa de um terreno para se concretizar: a alienação que é “profundamente enraizada como carga efetiva, baseada em modelos e identificação de fundo psicológico [...] a ideologia agirá sobre essa base [...] para exercer sua dominação” (IASI, 2007, p. 20).

É nesse prisma, que a ideologia vai introjetando na cabeça dos indivíduos valores, (pré) conceitos, naturalizando, assim, a condição e posição social dos indivíduos dentro da esfera política, econômica, social e cultural, inseridas nas relações sociais dominante.

Diante do exposto, observa-se que ideologia possui uma carga de significados na construção dos papéis sociais, que são legitimados e aceitos efetivamente como verdadeiros e imutáveis, no qual manifesta uma falsa consciência para sustentar os interesses das classes dominantes para mantê-las em hegemonia.

Nesse prisma, é necessário compreender que a ideologia é uma forma de consciência, sendo esta formada por valores e leis dominantes que deformam a realidade e contribui com a reprodução da dominação. É dentro desse contexto, que os sujeito as tomam, como se fosse sua própria consciência, apreendendo-as em sua dimensão imediatista e acrítica da realidade, não reconhecendo sua própria condição dentro de um

sistema desigual que os compelem e os pressionam para baixo, tornando-os objeto da classe dominante. Nessa perspectiva, compreendemos que a ideologia é uma forma de consciência embebida de alienação.

Mauro Iasi *apud* Cisne (2013, p. 6) afirma que, para Marx, o termo ideologia está:

inseparavelmente ligado à necessidade [da] [...] consciência justificar determinada relação de dominação, e, portanto, de velamento, inversão e naturalização de relações sociais que marcam o domínio de uma classe sobre outra.

Essa ideologia para manter sua dominação agirá sobre uma base: a alienação. Nesse prisma, faz-se necessário entendermos a relação entre ideologia e alienação, bem como a diferença entre ambas. De acordo com Iasi, 2007, p. 20:

A alienação não é o mesmo que ideologia e dela se diferencia substancialmente. A alienação que se expressa na primeira forma de consciência é subjetiva, profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psíquico. A ideologia agirá sobre esta base e servirá de suas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos um suporte para estabelecer-se subjetivamente.

Nesse sentido, “a ideologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de idéias [...]” (IASI, 2007, p. 20) que são interiorizadas na mente das pessoas. Isso levaria a cair na velha armadilha da classe dominante ao conceber “uma ação anti-ideológica como simples troca de velha por ‘novas’ idéias” (IASI, 2007, p. 20). Dessa forma, trata-se de idéias da classe dominante que detém os meios para universalizá-las em sua visão de mundo, e reafirmá-la socialmente no intuito de garantir sua dominação política, econômica, social e cultural. Como nos afirma Marx *apud* Iasi (2007, 21), não são “simples idéias”:

As idéias dominantes nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, as idéias de sua dominação. (p. 72).

A ideologia está intimamente ligada à divisão de classes e a forma particular como a classe dominante difunde suas idéias, fazendo com que o ser social as incorpore numa

visão fragmentada da realidade. É dentro desse contexto que a alienação encontrará condições concretas para o seu desenvolvimento.

Dentro desse prisma, a classe dominante, por meio da propriedade privada, da divisão entre trabalho intelectual e manual e da transformação da força de trabalho em mercadoria, forja “as condições para que a atividade humana aliene em vez de humanizar” (IASI, 2007, p. 21).

Ao viver as relações de trabalho submetidas aos moldes do capital, o trabalhador inserido no processo de produção não se reconhece no produto do seu próprio trabalho. O trabalho transforma-se em apenas um “meio de sobrevivência”, algo imposto que gera sofrimento e insatisfação. Ao viver o trabalho alienado, o (a) trabalhador (a) não o reconhece como realização do ser humano em sua dimensão social, pelo contrário, ele o estranha. Para Iasi (2007, 21) “a vivência dessas relações produzem uma alienação expressa em três níveis”:

- Ao viver o trabalho alienado, o ser humano aliena-se da sua própria relação com a natureza [...];
- [...] o ser humano aliena-se de sua própria atividade [...];
- Alienando-se de si próprio como ser humano, tornado-se coisa [...].

Dessa forma, o trabalhador é alienado de si mesmo, da natureza e do trabalho, à medida que ele se distancia da sua própria espécie, tornando-se uma coisa, uma mercadoria para ser vendida no mercado ao capitalista, não reconhecendo mais em sua auto-atividade “ela pertence a outro, é a perda de si mesmo” (MARX *apud* CISNE, 2013, p. 64). Assim, o trabalho é apenas um mero meio para sobreviver, e não uma forma de realização humana. De acordo com Cisne (2013, p.66):

É sobre essa base social que há o processo de formação da consciência, embebido por relações de alienação que proporcionam o desenvolvimento das distorções ideológicas acerca do conhecimento da realidade.

Nesse sentido, a ideologia agirá sobre essa base embebida de alienação sobre uma carga efetiva, encontrando no indivíduo um suporte para que estabeleça subjetivamente sua dominação e perpetuação de suas ideias. Tais ideias estão fortemente enraizadas e introjetada na “cabeça das pessoas” como forma de consciência alienada.

Dessa forma, a alienação é entendida por Iasi (2007, p. 20) como “a primeira forma de consciência gerada da percepção imediata e sensível da pessoa que forma sua concepção de mundo” (IASI, 2002, p. 111). É importante destacar aqui, que inicialmente “a consciência seria o processo de representação mental [...] de uma realidade concreta e externa [...], formando [...] uma realidade externa que se interioriza”(IASI, 2007, p 14).

1.10 PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Nesse sentido, tomaremos a consciência em nosso estudo como movimento, trazendo consigo elementos e formas diferentes. Tentaremos sintetizar como se forma a consciência e o seu processo de desenvolvimento. A primeira forma de consciência, segundo Iasi (2007, p. 18) possui como principais características:

1. a vivência de relações que já estavam preestabelecidas como realidade dada;
2. a percepção da parte pelo todo, onde o que é vivido particularmente como uma realidade pontual torna-se “a realidade” (ultrageralização);
3. por esse mecanismo, as relações vividas perdem seu caráter histórico e cultural para se tornarem naturais, levando a percepção de que “sempre foi assim e sempre será”;
4. a satisfação das necessidades, seja da sobrevivência ou do desejo, deve respeitar a forma e a ocasião que não são definidos por quem sente, mas pelo outro que tem o poder de determinar o quando e como;
5. essas relações não permanecem externas, mas se interiorizam como normas, valores e padrões de comportamento, formando com o SUPEREGO, um componente que o indivíduo vê como dele, como autocobrança e não como uma exigência externa;
6. na luta entre a satisfação do desejo e a sobrevivência, o indivíduo tende a garantir a sobrevivência, reprimindo ou deslocando o desejo;
7. assim, o indivíduo submete-se às relações dadas e interioriza os valores como seus, zelando por sua aplicação, desenvolvimento e reprodução.

Nessa perspectiva, a interiorização da primeira forma de consciência se dá nas primeiras relações sociais. “A primeira instituição que coloca o indivíduo diante de relações sociais é a família” (IASI, 2007, 15). Ao nascer, o novo indivíduo é colocado em sua relação com seus pais. Ao passar do tempo esse novo ser começa a interagir com o mundo externo, através dos seus pais, e conseqüentemente acaba absorvendo elementos do mundo externo da sua família, internalizando valores como sendo seus próprios valores. “As relações sociais lançadas a partir da família são complementadas, reforçadas e mesmo

revertidas pela inserção nas demais relações sociais” (IASI, 2007, p. 19). Nesse momento, a criança começa assumir novas experiência com o mundo externo, na medida que este se relaciona com outros indivíduos que já não faz parte da sua família, podendo vir a assumir nova postura diante da realidade dada.

O novo indivíduo começa a perceber o mundo em uma dimensão particular, e imediata, crendo que aquilo que está posto é natural e deve-se ser mantido para o bom funcionamento da sociedade, caso contrário, poderia causar uma total ou parcial desregulamentação do que está pré-determinado.

Na primeira forma de consciência, o indivíduo passa a compreender o mundo a partir de um vínculo imediato, tomando a parte pelo todo. E ao mesmo tempo apreendendo essa realidade dada acriticamente como “verdade inquestionável”, ou seja, levando a perceber as representações e fenômenos sociais como “sempre foi assim sempre será” (IASI, 2007, p. 18).

A primeira forma de consciência é limitada ao primeiro contato imediato com pessoas de seu convívio diário, no caso, a família, em situações fora do indivíduo que o mesmo interioriza como forma de consciência. Nesse caso, as representações externas são apresentadas e resignificadas no indivíduo na família, tendo em vista que seu primeiro contato com o mundo em sua dimensão concreta se dá na família. É a partir desse momento que o novo indivíduo vai ser apresentado ao mundo em suas relações. A questão vai se tornando mais complexa quando o indivíduo começa a interagir e a conviver com outros sujeitos, em outros espaços, como a escola, igreja e comunidade. Daí, o mesmo começa a estabelecer novas percepções do mundo, embora seja percebido ou dado como algo natural, ou mesmo esse sujeito pode começar a se questionar ao se deparar com questões contraditórias, fazendo com que esse busque compreender criticamente ou justifique as relações determinantes.

Temos que ter muito cuidado para não cair na velha armadilha de culpabilizar a família por estar introjetando na mente das “crianças” valores, princípios e ideias distorcidas da realidade, posto que não é a família que determina as contradições das relações sociais e materiais, e sim, as relações sociais de produção fortemente marcada por um sistema de dominação que afirma e reforça seus estereótipos, por meio das instituições, como a família, escola, igreja. Nesse sentido, a família tem dentro desse processo o papel de mediatizar essas relações, que em sua grande maioria é reforçada e reproduzida historicamente, sendo representada em forma de ideologia, permanecendo conservada em sua essência. Com o desenvolvimento das forças produtivas, acaba por acontecer uma

dissonância entre o que é interiorizada como ideologia com o que é materializada no mundo real, concreto.

Ao perceber as contradições do ideal ao real, o indivíduo acaba por viver em um conflito interno e subjetivo. E segundo Iasi (1999, p. 21) “A primeira forma de manifestação desta contradição não é ainda a superação da alienação, é mais uma forma transitória que expressa-se de maneira mais nítida, no estado de revolta”.

Ao vivenciar novas relações com o mundo externo, o sujeito percebe que as ideias interiorizadas não correspondem a realidade. Um trabalhador depois de trabalhar longas horas incessantes, percebe que aquilo que ganhou não dá nem para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, o que acaba vivenciando uma contradição, que pode levá-lo à revolta. As relações parecem agora como injustas, porém as mudanças aparecem como inviáveis, naturaliza-se, portanto, as injustiças. No entanto, esse sentimento de revolta [...] “pode tornar-se uma passagem para uma nova etapa do processo de consciência” (IASI, 1999, p.22).

A segunda forma de consciência também denominada de “consciência em si” ou “consciência da reivindicação” é facilitada pelo grupo, que age “como um catalisador para que a “revolta” – gerada pela ‘crise ideológica’ com a primeira forma de consciência – saia do plano meramente individual e passe para uma dimensão coletiva” (CISNE, 2013, p. 67).

Quando um indivíduo se insere num coletivo de pessoas, começa a vivenciar as mesmas contradições do outro, o qual passa a identificar-se e reconhecer no outro a mesma injustiça, opressão e dominação sofrida. A injustiça vivida com revolta é partilhada pelo grupo que começa a desenvolver um sentimento de revolta diante da injustiça, o que possibilita uma ação coletiva. Fundamentalmente a identificação com o outro produz um “salto de qualidade” e condição para que o indivíduo não somente reconheça as contradições, mas também questione a sua condição, tida como natural, e a partir de então, poderá desenvolver estratégias de luta reivindicatória para que aja mudança.

Segundo Iasi (2007) a forma classista que melhor representa esse processo é a luta sindical, “sua forma de organização mais típica é o sindicato” (p. 29). Ainda segundo o autor, também podemos considerar, como forma de consciência, “as lutas populares, os movimentos culturais, o movimento de mulheres e outras manifestações de luta coletiva de setores, grupos e categorias sociais das mais diversas”. (p.29-30). O que caracteriza essa segunda forma de consciência é a percepção dos vínculos e da identidade grupal e seus interesses próprios, que conflitam com os grupos que lhe são opostos. (IASI, 2007, p. 29-30).

Apesar desse salto de qualidade, gerado na segunda forma de consciência, mesmo percebendo as contradições vivenciadas agora como grupo, “a pessoa ainda trabalha, age, pensa sob a influência dos valores anteriormente assumidos [...] apesar de serem parte da mesma contradição, continuam sendo vistos pela pessoa como natural e verdadeiras” (IASI, 2007, p. 30).

Segundo o autor, a segunda forma de consciência vivencia também contradições, assim como a primeira forma de consciência, tendo em vista que os indivíduos ainda vivenciam as relações imediatistas. Aqui as lutas e as reivindicações são apenas, por melhores salários ou melhores condições de vida e trabalho. É esse coletivo organizado, não assume um papel como classe em busca de transformação na base da sociedade.

No entanto não podemos desconsiderar a importância desse processo de consciência em si, pois o mesmo pode levar a formação de uma nova forma de consciência “a consciência para si”. Nessa forma, o indivíduo “percebe-se não apenas como um grupo particular com interesses próprios dentro da ordem capitalista, assumida sua posição de classe” (IASI, 2007, p. 32) para depois negá-la enquanto classe, tendo como objetivo a superação da sociedade capitalista e a emancipação humana.

Para que isso seja possível é imprescindível que os sujeitos se reconheçam como classe social dentro de um sistema opressor, que nega o ser social em sua totalidade, bem como a articulação com diferentes lutas específicas, o que exige articulação com as diferentes lutas e movimentos sociais que negam a emancipação do capital.

Na dimensão individual da consciência, essa transição é evidentemente difícil, tendo em vista que o indivíduo vive em um conflito espiritual e material, posto que o mesmo vivencia as contradições do sistema capitalista, no entanto, na maioria da vezes, não conseguem enxergar possibilidades de superação de tal sistema, vivendo um dilema entre superação e regressão dos patamares da consciência.

É mister salientar, que cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de uma fase para outra, bem como pode retroceder, ou seja, ter uma recaída, e volta para a fase anterior, ou até mesmo nunca avançar, tendo em vista que o indivíduo particular tem sua própria visão de mundo, vive subjetivamente os dramas das relações materiais. Nesse sentido, como falar em consciência de classe? Não podemos desconsiderar a percepção particular do indivíduo, pois, mesmo quando compartilhamos desse particular com um grande número de pessoas, o indivíduo é insubtraível.

Para superar a reivindicação imediatista, é necessário que os sujeitos busquem desvendar as aparências e analisar a essência da sociedade capitalista, a fim de

compreender e transformá-la. Isso requer a superação da “visão curta” dos sujeitos sociais inseridos dentro de um processo reivindicatório, no qual muitos buscam apenas a satisfação individual ou de um grupo isolado, não percebendo a classe como totalidade, que precisa ser considerada dentro desse processo, como força necessária e essencial na busca da construção de uma nova sociedade. Para que isso seja possível é indispensável a formação de uma classe revolucionária que busque e construa mecanismo e estratégias de luta política, na busca pela superação da ordem vigente. Isso “só pode se efetivar através da centralidade conferida ao ‘guia consciente da revolução, encarnação da idéia de revolução’” (Lukács) *apud* Cisne (2013, p.70).

Nesse sentido, cabe à classe revolucionária desvendar a sociedade capitalista e sua ideologia dominante, a fim de destruir os pilares de sua formação e sustentação. Para tanto, faz-se necessário que o proletariado construa estratégias de luta que venham ao contrário do que é pregado e afirmado por tal sistema, na “busca de transformar as bases concretas de sustentação desse sistema para construção de uma sociedade socialista” (CISNE, 2013, p. 73)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprendemos nesse estudo, a alienação como forma de consciência embebida de alienação. Nesse prisma, foi necessário compreender que a ideologia é uma forma de consciência, ainda que embebida de alienação, sendo esta formada por valores e leis dominantes que deformam a realidade e contribui com a reprodução da dominação. É dentro deste contexto, que os sujeitos tomam as ideias dominantes como se fosse sua própria consciência, apreendendo-as em sua dimensão imediatista e acrítica da realidade, não reconhecendo sua própria condição dentro de um sistema desigual que os explora e oprime.

Tomamos, a consciência em nosso estudo como movimento, trazendo consigo elementos e formas diferenciadas. Tentaremos sintetizar como se forma a consciência e o seu processo de desenvolvimento. A primeira forma de consciência, o individuo passa a compreender o mundo a partir de um vínculo imediato, tomando a parte pelo todo, sob forte influência das bases afetivas da família que, em geral, dissemina valores conservadores. Aqui, há uma forte naturalização das relações sociais. A segunda forma de consciência também denominada de “consciência em si” ou “consciência da reivindicação”

é facilitada pelos grupos, que age “como um catalisador para que a “revolta” – gerada pela „crise ideológica” com a primeira forma de consciência – saia do plano meramente individual e passe para uma dimensão coletiva” (CISNE, 2013, p. 67). No entanto, a segunda forma de consciência vivencia também contradições, tendo em vista que os indivíduos não estão imunes as relações de alienação e as demandas imediatistas de sobrevivência.

E por fim a terceira forma de consciência, também conhecida como “a consciência para si”. Nessa forma, o indivíduo “percebe-se não apenas como um grupo particular com interesses próprios dentro da ordem capitalista, assumida sua posição de classe” (IASI, 2007, p. 32) para depois negá-la enquanto classe, tendo como objetivo a superação da sociedade capitalista e a emancipação humana

Para superar essa reivindicação imediatista é necessário que os sujeitos busquem desvendar as aparências e analisar a essência da sociedade capitalista, a fim de compreender e transformá-la. Para que isso seja possível, é indispensável a formação de uma classe revolucionária que busque e construa mecanismo e estratégias de luta política, na busca superar a ordem vigente.

REFERÊNCIAS:

CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

CHAUI, Marilena de Sousa. **O que é ideologia**. São Paulo, brasiliense, ed 26^a, 1988.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

FEITOSA, Sônia de Melo. **“Mulher não vale nem um real”** Patriarcado nas letras das músicas de forró. Dissertação de Mestre em Serviço Social defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal: UFRN, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.-ENGELS. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.